



138

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCOGabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0206121-2

IMPETRANTE	:	BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA, JOSEMIR CÉSAR PAZ DE LIRA E FABIOLA PAIVA MONTEIRO
PACIENTE	:	LEANDRO FELIPE SOARES
RELATOR	:	ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA	:	9ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
ORGÃO JULGADOR	:	4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA	:	CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 14 DA LEI Nº 10.826/03). HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA NÃO CONFIGURADA. ARMA DESMUNICIADA. IRRELEVÂNCIA. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - O trancamento da ação penal por falta de justa causa só é possível quando, *prima facie*, fica eviaenciada a atipicidade do fato, a ausência de indícios de autoria e materialidade ou, ainda, ser hipótese de extinção da punibilidade.

II - O crime previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/03 é de perigo abstrato, sendo irrelevante, portanto, para a sua caracterização o fato da arma está desmuniçada. Precedentes.

III - Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0206121-2, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

139



HABEAS CORPUS Nº 0206121-2

IMPETRANTE : BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA, JOSEMIR CÉSAR PAZ DE LIRA E FABIOLA PAIVA MONTEIRO
PACIENTE : LEANDRO FELIPE SOARES
RELATOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : 9ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS

RELATÓRIO

Bartolomeu Bezerra da Silva e Josemir Cezar Paz de Lira, advogados, juntamente com Fabiola Paiva Monteiro, impetraram o presente Habeas Corpus, com pedido liminar, visando o trancamento da ação penal nº 001.2009.142473-0, a que responde o paciente Leandro Felipe Soares na 9ª Vara Criminal da Capital, pela prática do delito capitulado no art. 14 da Lei nº 10.826/03.

Os impetrantes alegam, em resumo, a atipicidade da conduta, ao argumento de que a arma estava desmuniçada.

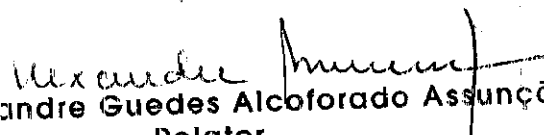
A inicial veio acompanhada dos documentos às fls. 08/17.

O pedido liminar foi indeferido em decisão interlocutória às fls. 15/16.

A autoridade indicada como coatora prestou informações às fls. 20/22, relatando o trâmite processual.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça, Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, ofertou parecer às fls. 26/30, opinando pela denegação da ordem.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

140



HABEAS CORPUS Nº 0206121-2

IMPETRANTE : BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA, JOSEMIR CÉSAR PAZ DE LIRA E FABIOLA PAIVA MONTEIRO
PACIENTE : LEANDRO FELIPE SOARES
RELATOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : 9ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
ÓRGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS

VOTO

Conforme relatado, o presente *habeas corpus* foi impetrado visando o trancamento da ação penal nº 001.2009.142473-0, a que responde o paciente Leandro Felipe Soares na 9ª Vara Criminal da Capital, pela prática do delito capitulado no art. 14 da Lei nº 10.826/03.

Os impetrantes sustentam, em resumo, a falta de justa causa para prosseguimento da ação penal, com fundamento na atipicidade da conduta.

Examino:

O trancamento da ação penal por falta de justa causa só é possível quando, *prima facie*, sem efetuar-se exame aprofundado das provas, fica evidenciada a atipicidade do fato, a ausência de indícios de autoria e materialidade ou, ainda, ser hipótese de extinção da punibilidade.

Para Júlio Fabbrini Mirabete, "somente se justifica a concessão de *habeas corpus* por falta de justa causa para a ação penal quando é ela evidente, ou seja, quando a ilegalidade é evidenciada pela simples exposição dos fatos com o reconhecimento de que há imputação de fato atípico ou da ausência de qualquer elemento indiciário que fundamente a acusação. Não se pode, todavia, pela via estreita do *mandamus*, trancar ação penal quando seu reconhecimento exigir um exame aprofundado e valorativo da prova dos autos". (In Código de Processo Penal Interpretado, Ed. Atlas: São Paulo, 18ª ed., 2007, p. 749/750).

Pois bem:

Narra a denúncia que no dia 15/10/09, policiais civis, após receberem denúncia anônima de que o paciente estava envolvido com a prática de assaltos e encontrava-se escondido em sua residência, dirigiram-se até a rua onde ele mora. Ao perceber a presença da polícia, o paciente tentou evadir-se do local, mas foi impedido. Na ocasião, foram apreendidos com o paciente: 04 talões de cheque pertencentes a Genival Vieira Cavalcanti, 03 talões da empresa Nordestel telecomunicações Ltda - Nordeste. O



141



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

paciente foi flagrado, ainda, transportando, em seu veículo, um revólver calibre 38, Taurus, capacidade para 5 tiros, desmuniado.

O comando do art. 14 da Lei nº 10.826/03 assim dispõe:

"Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena -- reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa."

Conforme se observa, o dispositivo legal descreve como conduta típica o ato de transportar arma de fogo ou munição. Cuida-se, portanto, de crime de perigo abstrato, sendo irrelevante para a sua caracterização o fato da arma está desmuniada.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ART. 14 DA LEI Nº 10.826/03 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ATIPICIDADE. INEXISTÊNCIA. DESNECESSIDADE DE A ARMA ESTAR MUNICIADA PARA CARACTERIZAR CRIME DE PORTE ILEGAL. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Para a configuração do delito previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/03, basta que o agente porte a arma de fogo sem autorização ou em desacordo com a determinação legal, o que torna irrelevante o fato de a arma encontrar-se desmuniada. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

2. Recurso desprovido.

(STJ - RHC 20.136/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2006, DJ 13/11/2006 p. 275)

EMENTA: 'HABEAS CORPUS' - PRISÃO EM FLAGRANTE SOB ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DE PORTE DE ARMA DE FOGO - PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL SOB ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE DA CONDUTA AO ARGUMENTO DE ESTAR A ARMA DESMUNIADA - IMPOSSIBILIDADE - CRIME DE PERIGO ABSTRATO - PLEITO PARA CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA - AVENTADA CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO EM QUE FOI NEGADO O PEDIDO NÃO CARACTERIZADA - NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA.

(TJMG - HABEAS CORPUS Nº 1.0000.08.478808-2/000 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - PACIENTE(S): VINICIUS FERNANDES MENDES - AUTORIDADE COATORA: JD 12 V CR COMARCA BELO HORIZONTE - RELATOR: EXMO. SR. DES. EDELBERTO SANTIAGO - julgado em 26/08/2008)

Nesse contexto, não resta dúvida que a denúncia além de indicar a materialidade e os indícios de autoria do delito, descreve perfeitamente a ocorrência de um fato típico.

Acrescente-se, ainda, que os autos noticiam a existência de denúncias anônimas no sentido de que o paciente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

142



está envolvido com a prática de assaltos, tendo, inclusive, sido apreendido com ele talões de cheques de estranhos.

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela **denegação da ordem**.

É como voto.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator